

## **A ideologia carnista e o encontro entre a ética animal e o dark side das organizações**

**Tiago Franca Barreto** (UFPE/FSH) - tiagofrancab@bol.com.br

**Francisco José Sobreira de Matos** (UFPE) - franzeh@hotmail.com

**Denise Figueirôa Bacelar** (UFPE e UFCA) - denisefbac@gmail.com

**Marcos Gilson Gomes Feitosa** (Instituição - a informar) - feitosam@terra.com.br

### **Resumo:**

*A temática da consideração ética com os animais é tema cada dia mais relevante em nossa sociedade. Na esteira do avanço e apoio das pesquisas científicas, que categorizam os animais como seres sencientes - capazes de sentir dor e sofrimento semelhante ao nosso -, e do atual contexto de disseminação massiva de ideias contra a exploração animal indiscriminada, os debates acerca da ampliação da comunidade moral para os animais, tem sido cada vez mais tematizada como campo social e teórico. Neste contexto, muitas organizações estão reagindo a esta demanda social utilizando a publicidade ostensiva para divulgar práticas de bem-estar animal no seu dia a dia. Entretanto, o que elas dizem não condiz com o que elas fazem. Na ânsia de manter altas taxas de lucratividade, as organizações omitem do público processos de abuso e sofrimento animal em sua produção industrial e comercialização. Para tanto, as organizações se utilizam de um forte aparato ideológico disseminado socialmente, o carnismo, para expor a indissolúvel necessidade de continuação de suas atividades. O carnismo aqui entendido como ideologia dominante, busca tornar natural conteúdos históricos acerca do consumo e produção da carne de alguns animais, tornando legítimo e exponenciando processos de invisibilização, abuso e exploração destes. Logo, pelo advento da ideologia carnista, que suporta uma objetificação real e simbólica de alguns animais nas cadeias produtivas e no interior das subjetividades, as corporações se sentem confortáveis em manter um horizonte de desconsideração ética e invisibilização dos animais não humanos nos seus sistemas produtivos, categorizando esta relação como um aspecto do Dark Side das organizações.*

**Palavras-chave:** *Carnismo. Dark Side das Organizações. Ideologia. Ética Organizacional. Ética Animal.*

**Área temática:** *GT-07 O Dark Side das Organizações: Crimes, Violência e Má Conduta no Ambiente Corporativo*

## A IDEOLOGIA CARNISTA E O ENCONTRO ENTRE A ÉTICA ANIMAL E O *DARK SIDE* DAS ORGANIZAÇÕES

**Tiago Franca Barreto** — Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Faculdade Santa Helena (FSH). tiagofrancab@bol.com.br

**Francisco José Sobreira de Matos** — Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Faculdade Santa Helena (FSH). franzeh@hotmail.com

**Denise Figueirôa Bacelar**, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). denisefbac@gmail.com

**Marcos Gilson Gomes Feitosa** - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) feitosam@terra.com.br

### Resumo

A temática da consideração ética com os animais é tema cada dia mais relevante em nossa sociedade. Na esteira do avanço e apoio das pesquisas científicas, que categorizam os animais como seres *sencientes* - capazes de sentir dor e sofrimento semelhante ao nosso –, e do atual contexto de disseminação massiva de ideias contra a exploração animal indiscriminada, os debates acerca da ampliação da *comunidade moral* para os animais, tem sido cada vez mais tematizada como campo social e teórico. Neste contexto, muitas organizações estão reagindo a esta demanda social utilizando a publicidade ostensiva para divulgar práticas de bem-estar animal no seu dia a dia. Entretanto, o que elas dizem não condiz com o que elas fazem. Na ânsia de manter altas taxas de lucratividade, as organizações omitem do público processos de abuso e sofrimento animal em sua produção industrial e comercialização. Para tanto, as organizações se utilizam de um forte aparato ideológico disseminado socialmente, o *carnismo*, para expor a indissolúvel necessidade de continuação de suas atividades. O carnismo aqui entendido como ideologia dominante, busca tornar natural conteúdos históricos acerca do consumo e produção da carne de alguns animais, tornando legítimo e exponenciando processos de invisibilização, abuso e exploração destes. Logo, pelo advento da ideologia carnista, que suporta uma objetificação real e simbólica de alguns animais nas cadeias produtivas e no interior das subjetividades, as corporações se sentem confortáveis em manter um horizonte de desconsideração ética e invisibilização dos animais não humanos nos seus sistemas produtivos, categorizando esta relação como um aspecto do *Dark Side* das organizações.

empresas

**Palavras-chave:** Carnismo. *Dark Side* das Organizações. Ideologia. Ética Organizacional. Ética Animal.

### 1. Introdução

Uma das características do *Dark Side* das organizações é sua dimensão oculta ou suprimida (LINSTED, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2014). A invisibilidade que o tema da Ética Animal (até então era) tratado na academia, e o ocultamento dos animais pelas organizações, de parte de seu processo de produção e abate, da criação de um discurso baseado num dito desconexo, da distorção e eufemização da linguagem para iludir seus consumidores (REGAN, 2006), demonstra um desconforto com uma realidade imutável. Bilhões de seres sencientes (LOW, P. 2012) vulneráveis

morrem ao redor do planeta nas mãos de organizações gigantes. Aspectos culturais (e não biológicos) definem quantos desses serão vacas, cachorros, galinhas, gatos, porcos... É necessário um forte aparato ideológico para sustentar essas práticas e fortalecer as relações de dominação entre e intra espécie.

Nesta perspectiva, sobre o suporte ideológico que mantém unido e coeso estas relações paradoxais e violentas, buscaremos apresentar sob o conceito de carnismo (JOY, 2012). Tal conceito tem como objetivo trazer à luz um horizonte tão disseminado culturalmente, que se não bem interpretado ou plasmado incorremos no perigo de tratá-lo como natural, não ideológico e/ou a-histórico, a saber, o do consumo e exploração legitimado e indiscriminado de animais não humanos pelo humanos, mesmo sem a real necessidade biológica de nossa sociedade atual.

Desta forma, como ideologia dominante, e estrutura paradigmática na construção e ordenamento da cultura ocidental, o carnismo serve para delinear o sistema invisível de crenças, ou a ideologia que nos condiciona a achar natural se alimentar de determinados tipo de animais em detrimentos de outros, mesmo tendo condições tecnológicas de mantermos uma dieta livre de produtos de origem animal. Por este conceito ser paradigmático, este oferece o apoio necessário para os agentes socioculturais e/ou organizacionais que buscam tratar o processo de abuso e invisibilização animal como necessidade.

Nesta perspectiva, é que apresentaremos o carnismo como um conjunto axiológico de valores que é amplamente utilizado por organizações que tem na exploração animal meio ou fim para obter sua lucratividade. Estas organizações, através de diversos subterfúgios, buscam esconder, tirar da vista dos consumidores a real situação de vida e de morte destes animais não humanos, objetivando um aumento exponencial de sua lucratividade, mas transmitindo uma imagem de preocupação e empatia com os animais em sua cadeira produtiva.

O objetivo desse artigo é, pois, apresentar as confluências entre o campo do Dark Side (DS) das organizações e a área da Ética Animal. Buscando entender a invisibilização dos animais não humanos no interior da produção das organizações, como uma característica do Dark Side destas. Para tanto vamos discorrer da seguinte forma sobre o assunto: 1) apresentar uma revisão da temática do Dark Side das organizações, com foco nos aspectos que o aproximam da discussão da Ética Animal, 2) discorrer sobre os aspectos da Ética Animal mais relevantes para as questões organizacionais, que podem contribuir para iluminar o seu Dark Side, principalmente ligado ao conceito de carnismo e sua legitimação da exploração e invisibilidade animal. E, para encerrar, tecemos algumas considerações finais.

## **2. O *Dark Side* das organizações: ações prejudiciais, relações de dominação, aspectos éticos, ideológicos e ocultos.**

O objetivo dessa seção é apresentar alguns aspectos relevantes do campo do *Dark Side* (DS) das organizações que estão mais relacionados com a Ética Animal. Para tanto vamos apresentar, a partir de uma perspectiva crítica, os aspectos: relacionados ao ocultamento e esquecimento de questões, e em seguida os aspectos éticos, ideológicos e relações de dominação.

## 2.1 Ocultamento ou esquecimento de questões

O *Dark Side* das organizações é um espaço para se discutir questões que têm sido tradicionalmente esquecidas, ignoradas ou suprimidas (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2014; 2010). A maioria das pesquisas lado oculto concentra-se no que não é óbvio, no escondido ou não realizado. (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2014). Os autores reforçam que estudar o *dark side* traz à luz a análise de novos fenômenos ou questões abandonadas como o foco da teoria da organização existente (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2014).

Acadêmicos têm sido muitas vezes cegos e negligentes para as possibilidades de reconhecer a complexidade deste *dark side*, bem como frequentemente são cúmplices do esquecimento contínuo de muito dos estudos organizacionais a ele vinculados. (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2010).

O que está oculto no ambiente organizacional pode ser aquilo que as organizações não querem mostrar, e muitos pesquisadores do DS pelo simples fato de publicar esses trabalhos colocam-nos em evidencia e debate. O objetivo de trazer isso para a luz, no entanto, é tornar mais complexo o entendimento em vez de simplesmente para melhorar o desempenho (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2014).

O que dizer dos temas que não são pesquisados pelos acadêmicos que adotam uma perspectiva crítica? O que dizer desse silêncio? Para exemplificar um desses assuntos "tabus", Burrell (1997 apud LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2014) observa que, apesar de extensos estudos dessas conexões em outras disciplinas, continua a haver um silêncio profundo em estudos organizacionais sobre a organização do Holocausto, como faz Clegg (2009), que percebe que o silêncio é escandaloso.

Numa perspectiva crítica do *dark side*, esse lado pode ser uma característica indelével do capitalismo, seu destino final, ou pelo menos um risco que perpetuamente traz inerente, mas cujos mecanismos são obscurecidos, seja por ações conscientes e conspiratórias das classes dominantes ou simplesmente seu desdobramento lógico sistêmico, de que os participantes podem ser relativamente inconsciente. Dessa maneira, o *dark side* pode ser, naturalmente oculto ou deliberadamente escondido (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2014). A partir desse ponto de vista emergem questões éticas, ideológicas que podem sustentar relações de dominação.

## 2.2 Aspectos éticos, ideológicos e relações de dominação

O entendimento do *Dark Side* das organizações envolve questões éticas, políticas e ideológicas (LINSTEAD, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2014). Morgan (2006 p. 303) explica como organizações podem se transformar em instrumentos de dominação e gerar impactos negativos a sociedade e ainda assim serem (ideologicamente) legitimadas.

Intencionalmente ou não, as organizações geralmente têm um grande impacto negativo sobre o mundo em que vivemos. Este aspecto da organização, mostra como ela pode ser vista como instrumento de dominação. Embora sejamos geralmente levados a pensar as organizações como empresas racionais buscando atingir metas que visam a satisfação do interesse de todos, existe muita evidência que sugere ser esta visão mais uma ideologia do que uma realidade. As organizações geralmente são usadas como instrumentos de dominação que promovem interesses egoístas de elites à custa de outros interesses, e existe um elemento de dominação em todas as organizações.

A “face repugnante das organizações” é uma metáfora utilizada por Morgan (1996) para enfatizar em especial o domínio ideológico das corporações que exploram trabalhadores e nações mais pobres, ameaçam a sociedade e o meio ambiente, causam prejuízos aos consumidores e colocam a sociedade em risco. O autor afirma que a maneira que as empresas utilizam para ocultar esse lado sombrio é um discurso ideológico que mascara a realidade quando se apresentam como sistemas racionais que perseguem os objetivos dos seus *stakeholders*.

A vida nas organizações e relações sociais, repousam sobre valores (implícitos ou explícitos) que vão definir as regras de ação, julgamentos e condutas (CHANLAT, 1992). Conforme Eagleton (1997) não existe pensamento livre de pressupostos, com isso qualquer ideia pode ser tida como ideológica. Nessa perspectiva, neutra sobre ideologia, vão existir as ideologias dominantes e as que lutam por sobrepujá-las. Esse conjunto de ideias que explicam e justificam os fins e os meios das ações sociais podem ser utilizadas para preservar, corrigir, extirpar ou reconstruir uma certa ordem social (EAGLETON, 1997). Seu caráter pejorativo ou criticável aparece quando ela, para permanecer aceitável, tem que recorrer a ocultar ou obscurecer suas motivações, distorcer ou dissimular um discurso para “naturalizar” uma realidade social e legitimar e sustentar relações de dominação (EAGLETON, 1997; THOMPSON, 1995). As relações de classe são uma forma de dominação e subordinação, mas não a única (THOMPSON, 1995).

O discurso hegemônico emerge ao longo do tempo para naturalizar arranjos sociais particulares determinando formas aceitáveis de conhecimento com referência aos interesses dos poderosos, e para suprimir discursos alternativos. (Linstead, MARÉCHAL, GRIFFIN, 2014) Os grupos dominantes tendem a esconder sua ideologia e interesses e têm por metas fazer que esta seja, em geral, aceita como um sistema de valores, normas e objetivos “geral” ou “natural”. (DIJK, 2008). Faz parte da ideologia dominante inculcar suas crenças, através da falsificação da realidade social, eliminando aspectos indesejáveis, sugerindo que esses aspectos não podem ser evitados (EAGLETON, 1997).

A ideologia pode se preocupar em promover e legitimar os interesses políticos de grupos sociais privilegiados em face de interesses opostos, é no campo discursivo onde existe o conflito, existe então uma fala retórica ou persuasiva preocupada com resultados e não com a situação “como ela é” (EAGLETON, 1997). A aquiescência é fabricada por mecanismos retóricos, por exemplo, por meio da repetição, argumentação, da publicidade (DIJK, 2008).

“Na sociedade da informação, temos sistematizado a produção de propaganda e amplificado nossa inteligência. Para usar uma metáfora industrial, agora estamos realizando uma produção em massa de propaganda, e esta propaganda é a força motriz da nossa economia” (BELLA; KING; KAILIN, 2003 p. 82). Propaganda nesse contexto, os autores, que sugerem uma metodologia para estudar os DS, afirmam que é a divulgação de informações seletivas para propagar os sistemas que as produzem.

### **3. As contribuições da Ética Animal para desvelar o *Dark Side* das organizações.**

Nessa parte vamos apresentar algumas contribuições significativas da Ética Animal que podem auxiliar no entendimento do *Dark Side* das organizações no trato com os animais. Em especial recorreremos a Melanie Joy (2014) que em sua tese, estudou sobre os aspectos psicológicos e ideológicos do consumo da carne, e Carol J. Adams, teórica ecofeminista e vegana que em sua obra mais conhecida, *A Política Sexual da Carne* (2012), aborda a relação entre masculinidade, violência e consumo de carne. Apesar da Ética Animal não ser apenas sobre alimentação, mas pelo fato

desse ser um aspecto fundamental, essa tema é mais abordado. A seguir tratamos de considerações sobre: a) comunidade moral, b) a invisibilidade dos animais no contexto organizacional, c) aspectos ideológicos do tratamento dos animais e d) interligação das relações de dominação.

### 3.1 Comunidade moral

A Ética organizacional, como outras éticas aplicadas, pode se enquadrar em vários tipos diferentes de classificação, que não necessariamente são excludentes entre si. A divisão mais comum é referente obrigação moral (VÁZQUEZ, 2011) ou a abordagem ética, dentro dessa perspectiva, temos: teleológica (referente a fins), deontológica (referente a valores) e utilitarista (referente a consequência) (SROUR, 1994).

Essas classificações éticas, cada uma com suas particularidades, direcionam quais critérios devem ser utilizados para definir a obrigação moral dos agentes, ou seja, o que pode ser considerado certo ou errado depende dos critérios aceitos ou definidos. Uma ação pode ser considerada antiética a partir de uma perspectiva deontológica, por exemplo, e correta a partir de uma perspectiva utilitarista. Existem várias perspectivas de ética organizacional, tal como também em ética animal. Uma perspectiva utilitarista de ética animal se aproxima de uma ética utilitarista (genérica), e assim por diante, a principal questão da ética animal não é qual a obrigação moral, mas sim quem pertence a comunidade moral, ou seja, conforme Carvalho (2007 p. 58) “ ‘Que entidades devem ser consideradas como possuidoras do estatuto moral?’ Ou: ‘A quem devemos conceder o título de membros da comunidade moral?’ Ou ainda: ‘Que propriedade um ser teria de possuir, ou em que tipo de relação teria de estar, para ser credenciado membro da comunidade moral?’ ”.

A resposta (que já foi mais) hegemônica dessa pergunta é: apenas os seres humanos merecem consideração moral, pois apenas eles podem agir moralmente. Pode-se apelar também para outras aptidões supostamente típicas do Homo sapiens: autoconsciência, autonomia, abstração, manipulação de conceitos sofisticados, utilização de linguagem com gramática complexa, formulação linguística de planos intencionais, reconhecimento da responsabilidade pelas ações, etc (NACONECY, 2006).

A Ética Animal traz novos conceitos para esclarecer melhor seus princípios, um deles é a ideia do agente e paciente moral. Agente moral é um indivíduo com habilidade mental suficiente para usar princípios morais a fim de se orientar nas decisões sobre o que fazer, e, ao elaborar tais decisões, ter o livre-arbítrio para escolher agir desse modo. Apenas agentes morais podem reconhecer as noções de obrigação e direito (NACONECY, 2006 p. 162).

Paciente moral, em contraste, não exigem os pré-requisitos que os capacitariam a controlar seu próprio comportamento. Eles não precisam avaliar o que é certo nem o que é errado, portanto, não podem ser moralmente responsáveis por seus atos. No entanto, eles possuem a capacidade de serem prejudicados ou se beneficiarem da ação moral. Além disso, os pacientes morais devem contar com os agentes morais para protegerem seus interesses. Crianças e deficientes mentais são exemplos de pacientes morais, e animais também (NACONECY, 2006 p. 162; REGAN, 2006)

O paciente moral é a referência e alvo de ações e questionamentos éticos. Enquanto o agente moral tem poder e capacidade de decidir e ter responsabilidade, o paciente moral tem uma vulnerabilidade, por sua posição de não-poder (SINGER, 2008, REGAN, 2006, NACONECY, 2006).

A partir desses conceitos existem duas possibilidades de argumentação para inclusão dos animais na comunidade moral. O primeiro está vinculado a um apelo emocional/subjetivo a obrigação moral do agente, a sua alteridade, ao que Jacques Derrida chama de “compaixão fundamental” para com o vulnerável, característica que o agente compartilha com o animal (WOLF, 2010, ITO, 2008, NACONECY, 2006). Numa outra visão, encara-se para o paciente moral pela sua capacidade de se prejudicado ou beneficiado, devido sua senciência, e preza-se pelos interesses da vítima, pela possibilidade de sofrimento evitável ou crueldade, independente das consequências sobre os humanos (SINGER 2008, REGAN, 2006, NACONECY, 2006). Qualquer dos argumentos apresentados anteriormente - seja a primeira que se aproxima da ética animal, ou a segunda que interage mais com os direitos animais-, o objetivo dos teóricos animalistas é posicionar os animais não-humanos no interior da comunidade moral.

No horizonte legal, em que existem leis que proíbem a crueldade para com os animais, excluem a consideração aos animais ditos de consumo humano (que podem variar quais são de país para país). Se criarmos um animal para produzir carne, leite ou ovos, podemos, sem restrição, submeter esses animais a condições que se fossem aplicadas à um cachorro ou gato, nos levariam a prisão (ROBBINS, 2014). Esse fato, que Francione (2013) chama de esquizofrenia moral, Joy (2014) de entorpecimento psíquico, pode ser melhor entendido a partir do conceito de ideologia do carnismo (JOY, 2014) apresentado a frente, antes trataremos de uma outra questão central, o ocultamento da realidade animal, ou sobre sua invisibilidade nos estudos organizacionais.

### **3.2 (In)visibilidade dos animais nos estudos organizacionais**

Em áreas como Filosofia, Direito, Sociologia existem dezenas de artigos publicados que debatem sobre a temática da ética animal. Verificamos também que existe um crescimento das publicações nos últimos anos. Existem também trabalhos publicados em periódicos interdisciplinares, como as boas publicações do *Theory, Culture & Society* (ver CHIEW, 2014; ITO, 2008). No *mainstream* da área de Administração temos alguns artigos pesquisados que não abordam a Ética Animal, mas tratam de temas como experimentação animal e bem-estar animal em especial sobre Estratégia e Responsabilidade Socioambiental (ARAMYAN et al., 2013; FRANZ; DEIMEL; SPILLER, 2012; MCWILLIAMS; SIEGEL, 2011; BORGEM; SKARSTAD, 2007; HUBBARD; BOURLAKIS; GARROD, 2007; GRAAF, 2005; BOWIE; DUNFEE, 2002), consumo (AYYUB, 2015; TIEMAN; HASSAN, 2015; FREWER et al., 2014; LINDENMEIER; TSCHEULIN; DREVS, 2012), os que consideram animais como *stakeholders* (TRYGGESTAD; JUSTESEN; MOURITSEN; 2013, ZSOLNAI, 2006; COELHO; MCLURE; SPRY, 2003) e os que consideram grupos de defesa animal como *stakeholders* (SPITZECK; HANSEN, 2010; SHANI, PIZAM, 2010; CLULOW, 2005). Estudos numa perspectiva de ética animal são recentes e raros (WELS, 2015; WREEN, 2014).

Já era de se esperar os assuntos de bem-estar animal e experimentação animal aparecerem nas publicações do *mainstream*, em temáticas estratégicas. O bem-estar animal é uma degradação conceitual dos objetivos da Ética animal, pois se apresenta num dos polos menos transformadores dos debates em relação à essa ética. Pois ela pode reduzir, mas não resolve as condições de exploração, garantindo a continuidade, desde que minimamente transformada, do uso e exploração dos animais (BARRETO et al, 2015). O objetivo último da abolição animal, como apresentado por seu precursor Tom Regan (2006 p. 75) é que “temos de esvaziar as jaulas, não deixá-las

maiores”. Na perspectiva bem-estarista, e da adoção deste conceito pelas grandes corporações, tem por intento, não melhorar vertiginosamente a condição da exploração e uso dos animais em sua cadeia produtiva, mas, emblematicamente, promover um sustento e até mesmo um aumento de suas vendas, utilizando-se um discurso que não condiz com a prática - o dito desconexo - de que a empresa se preocupa, não só com a qualidade de seus produtos, mas pela forma “humanizada” de utilização dos animais não-humanos em sua cadeia produtiva de alto impacto (REGAN, 2006). Esse assunto será mais detalhado na seção 3.5.

No campo dos estudos organizacionais, que geralmente assume uma postura mais crítica, está agora começando a discutir essa temática, mas não necessariamente a partir de uma perspectiva transformadora. Sua importância pode ser demonstrada pela criação de um subtema sobre Animais e Organizações no LAEMOS 2014 (*Latin American and European Meeting on Organization Studies*), uma chamada de *papers* para edição especial: *Animals and Organization* do renomado periódico *Organization* (LABATUT et al., 2014) que foi recém publicado May 2016; 23 (3), e mais recentemente, o SCOS (*Standing Conference on Organizational Symbolism*) nesse ano terá como temática principal: *The Animal*.

A chamada do periódico *Organization* e no artigo da edição (LABATUT et al., 2014; LABATUT; MUNRO; DESMOND, 2016) afirmam a atualidade do tema devido a aspectos negativos associados aos "escândalos" alimentares, surtos de doenças como a vaca louca, maus-tratos aos animais, experimentação animal, dentre outros. O *journal* faz um *mea culpa* pela escassa produção sobre o assunto, que tenta preencher a lacuna com a edição especial. Fundamentalmente, até agora, existe uma exclusão virtual da discussão sobre animais na Teoria das Organizações (LABATUT; MUNRO; DESMOND, 2016).

O periódico (LABATUT et al., 2014; LABATUT; MUNRO; DESMOND, 2016) apresenta também alguns aspectos vinculados a temática dos animais e organizações relacionados ao *Dark Side* das organizações: questões de poder, responsabilidade, ideologia e ética. O SCOS (LENNERFORS; SKÖLD, 2015) também apresenta informações convergentes, com temática (dentre outras) sobre direito e exploração animal, experimentação animal escândalos da carne, etc. O objetivo do SCOS 2016 é mobilizar ainda mais o nosso pensamento sobre este aspecto suprimido das discussões organizacionais.

O SCOS (LENNERFORS; SKÖLD, 2015) é mais incisivo na argumentação e afirma que o humano tem sido tradicionalmente pensado como um tipo distinto e superior de animal, ou um tipo essencialmente e completamente diferentes dos animais, muitas das separações e continuidades entre estas duas categorias de fato implodiram. A posição cartesiana de ver animais como máquinas ou autômatos, constituídos por mecanismos materiais, e regidos pelas leis da matéria por si só, não condizem com o que aprendemos sobre eles: utilizam ferramentas e linguagem, compartilham uma natureza cultural ou política, agem com base na imaginação deliberativa, são capazes de mostrar empatia, ficar deprimido, etc. Entender que qualquer distinção nossa com eles é completamente superficial e pode nos deixar cair na armadilha do antropocentrismo (SCOS, 2015).

Até antes desses eventos, que ainda serão realizados, poderíamos dizer, parafraseando Clegg (2006) que existia um silêncio escandaloso dos acadêmicos de estudos organizacionais sobre o holocausto animal. Segundo Pasolini (2012), uma das comparações mais frequentes feitas por defensores dos direitos animais sobre a relação dos humanos com os não-humanos é com o Holocausto da Segunda Guerra Mundial. O autor afirma que a primeira pessoa a comparar a ação humana em relação



aos animais com o nazismo foi o escritor judeu Isaac Bashevis Singer, ganhador do Nobel de Literatura em 1978, e que disse: “Para os animais, todos os humanos são nazistas.” Inspirado nessa analogia, Charles Patterson escreveu um livro seminal dos direitos animais, *The Eternal Treblinka* (2002).

O principal argumento do *Eternal Treblinka* é que a dominação humana de animais, tal como surgiu cerca de dez mil anos atrás, com a ascensão da sociedade agrícola, foi a primeira dominação hierárquica e lançou as bases para o patriarcado, a escravidão, a guerra, genocídio e outros Sistemas de violência e poder. A implicação fundamental da teoria de Patterson é que a libertação humana é implausível se desligada da libertação animal (BEST, 2007).

Enquanto nos revoltamos com qualquer cena de maus-tratos a um cachorro, silenciemos para as mortes de, conforme o IBGE (2015), mais de 15 milhões de animais diariamente em nosso país. A maior parte desses animais é morto dentro das (fazendas) indústrias, bem longe de seu consumidor final. Ainda existe um ocultamento da realidade desses animais no ambiente organizacional, alguns aspectos ideológicos servem para entendermos melhor essa situação.

### 3.3 Aspectos ideológicos do tratamento dos animais

A forma com que milhões de animais tem sido violentamente explorados e mortos pelas grandes organizações é um desses assuntos, que quando não ignorado solenemente, é revestido de um discurso que não condiz com a prática (REGAN, 2006), e com preocupações superficiais, que não querem mudar as tradicionais relações de dominação (BARRETO et al., 2015).

Joy (2014 p. 41) afirma que: “O modo mais eficiente de distorcer a realidade é negá-la [...] E o modo mais eficiente de negar uma realidade é torná-la invisível”. São ocultadas pelas organizações (parte) do tratamento dado aos animais. O ocultamento ou silenciamento é sinal de que é uma prática repreensível, pois senão não existiria a necessidade de ocultar. Em pesquisa realizada com pessoas que trabalham com experimentação animal, Holmberg e Ideland (2010) afirmam que existe uma “abertura seletiva” sobre as informações divulgadas, mantendo segredos e sigilo para o público externo, principalmente com relação a crueldade das experiências. Manter o público desinformado, impedindo-o de ter conhecimento e investigar possibilita a manutenção da autonomia em relação a sociedade e a continuidade dos testes. Para as autoras, o mais surpreendente é que os entrevistados expressam muita emoção em especial de não ter vergonha das ações. Holmberg e Ideland (2010) recorrem a explicação de que esse sentimento é evocado sempre que as pessoas sentem ter feito algo ilícito, que alguém tenha testemunhado.

Muitos livros já detalharam o tratamento dado aos animais não-humanos, além dos mais conhecidos, o seminal de Singer, *Libertação Animal* (2008) e *Jaulas Vazias* de Regan (2006), temos outros ainda não disponíveis em português: *Prisioned Chickens, Poisoned Eggs. An inside look at the modern poultry industry*, de Karen Davis (1996) e *Beyond Beef. The Rise and fall of the cattle culture*, de Jeremy Rifkin (1993). Ambos os livros retratam os bastidores da indústria das galinhas poedeiras e carne, respectivamente.

Com relação aos animais, o *dark side* está “naturalmente” oculto, pois como ideologia dominante, as pessoas não veem nenhum problema amar cachorros, comer porcos e vestir vacas (JOY, 2014) mesmo que eticamente e biologicamente esses animais tenham as mesmas características fundamentais (que são as mesmas dos animais humanos) para receberem consideração moral quanto a violência e morte.

É uma realidade que os animais são maltratados na indústria, mas as organizações sabem que as pessoas gostam de animais, elas se esforçam ao máximo para impedir que o público descubra o que se passa nos galpões sem janela onde são aprisionados esses seres. “A indústria não quer que se saiba como vivem os animais que estão sendo preparados para o abate” (ROBBINS, 2014 p. 12). Por isso a indústria, através de campanhas publicitárias, comunica que “os melhores queijos vem de vacas felizes” e se utilizam de imagens de vacas pastando satisfeitas em belas pastagens. Esses comerciais, de vacas felizes, galinhas felizes, é tudo mentira, totalmente desonesto, mas não é ilegal. “Você pode fazer o que quiser com um animal cuja carne, leite ou ovos pretenda vender e pode mentir quanto quiser a esse respeito, pois fizemos essa distinção semântica entre determinados animais. Amamos alguns, outros não só abatemos, como também torturamos” (ROBBINS, 2014, p. 13).

O principal argumento que utilizamos aqui é que se a prática da indústria de origem animal não tivesse problemas (éticos) poderia tranquilamente não ocultar, ou esconder o acesso de informações aos seus consumidores. Mas não é isso que é feito. Mesmo quando liberadas, as informações são seletivas, como apresenta Holmberg e Ideland (2010). Atividades do lado oculto são mascaradas comunicativamente para tornar o ilegítimo pareça legítimo, dissenso pareça estar um consenso, e para facilitar a exploração (Deetz, 1996).

Ao mesmo tempo as organizações que praticam ações de violência e morte contra esses animais deliberadamente escondem as “partes do processo” onde isso ocorre (separação do bezerro da vaca, abate dos animais de “consumo”, etc). E muitas vezes ainda, se utilizam de um discurso distorcido, com termos que seu significado não condizem com a prática (abate humanitário, bem-estar animal, vacas felizes, livre de crueldade). Existe então, uma disputa para se apossar do significado da palavra, pois é através de seu significado que melhor se revela o seu caráter ideológico, a palavra é o fenômeno ideológico por excelência (BAKTHIN, 2002).

Muitos de nós humanos tem laços cheios de significados e gratificantes com animais que não são membros de nossa espécie. Tratamos animais que chamamos de estimação como parte da família, chamamos pelo nome, pagamos por sua alimentação e as contas do veterinário, compramos presentes para dar a eles, compartilhamos nossas camas, choramos e os enterramos quando morrem. Nós os amamos (JOY, 2014; ROBBINS, 2014). “Amamos os cães e comemos as vacas não porque cães e vacas sejam fundamentalmente diferentes - assim como os cães, as vacas têm sentimentos, preferências e consciência -, mas porque a *percepção* que temos deles é diferente” (JOY, 2014 p. 17).

Essa percepção deriva da construção (e não natural) de um esquema (estrutura) psicológico que através de uma classificação mental em categorias gerais (generalizações), classifica e interpreta estímulos que estamos continuamente expostos (JOY, 2014) Temos esquemas para cada coisa, inclusive para animais, onde geralmente classificamos em: comestível e não-comestível ou mais geral, em: presa, predador, praga, bicho de estimação ou comida. A autora afirma que geralmente quando recebemos o estímulo de uma carne, que está na categoria não comestível, automaticamente imaginamos o animal vivo e tendemos a sentir repugnância ante a ideia de comê-lo.

Melanie Joy, Phd. em Psicologia Social em sua tese estudou questões psicológicas da alimentação de carne, e criou o termo Carnismo, a ideologia, dominante em nossa sociedade, da ingestão de carne. Joy (2014) argumenta que existe um sistema de crenças “invisível” que condiciona algumas pessoas a comer certos animais, essa não é uma condição biológica, mas uma opção filosófica, mesmo que

por muitos não refletida. A autora afirma que a ideologia de não se alimentar de carne, o vegetarianismo, foi identificada há mais de 2.500 anos (apesar de ser utilizado esse nome só no século XIX). O modo básico de as ideologias arraigadas ficarem arraigadas é permanecerem invisíveis. E o modo básico de ficarem invisíveis é permanecerem sem denominação. Se não lhes damos nomes, não podemos falar sobre elas e se não podemos falar sobre elas, não podemos questioná-las, isso se torna ainda mais difícil quando a ideologia trabalha ativamente para se manter oculta. É esse o caso de ideologias como o carnismo. Além dessa invisibilidade simbólica, que possibilita o ato de evitar, negar, existe uma invisibilidade prática do carnismo, a invisibilidade dos animais produzidos e mortos (JOY, 2014).

A ocultação das implicações éticas do consumo da carne costumam envolver 3 estratégias: desmembramento dos corpos dos animais, o deslocamento dos matadouros para longe do público e a utilização uma linguagem eufemística que a dissocia da comida (JOY, 2014; NACONECY, 2015).

A maioria das pessoas ao comer um bife não visualiza o animal de que a carne se origina, ou seja, perde-se a conexão mental entre a carne o animal vivo. Muitas pessoas evitam comer carne que lembre o animal do qual ela foi obtida e por isso raramente a carne é servida com a cabeça ou outra parte do corpo intacta, mas sim em pequenos pedaços (JOY, 2014). O que você compra no supermercado não tem a “cara” do animal, a embalagem quadrada nada se assemelha ao animal vivo (NACONECY, 2015). Naconeicy (2015) afirma que remover as cabeças, línguas e corações são práticas para ocultar o problema moral de se alimentar de animais, pois essas partes lembram que o animal estava vivo antes de virar comida.

Carol Adams (2012) utiliza o termo “referencial ausente”, o que separa a carne e o animal morto a partir do produto final. A função do referencial ausente é manter a carne separada de qualquer ideia de que ela era um animal (2012). Os animais são transformados em ausentes através da linguagem, que renomeia cadáveres antes que consumidores e consumidoras participem em comê-los. O referencial ausente permite esquecer do animal como uma entidade independente e separar o que é carne do que é um animal. Adams (2012) exemplifica no idioma inglês, onde carne de carneiro, que deveria ser *sheepmeat* vira *mutton*, *chickenmeat* vira apenas *meat*, utiliza-se o nome real do tipo animal na cultura norte-americana apenas quando não é sancionado o consumo desse animal, por exemplo *dogmeat* (carne de cachorro) ou *horsemeat* (carne de cavalo). O referencial ausente resulta do cativeiro ideológico e o reforça: a ideologia patriarcal estabelece o padrão cultural de ser humano e de ser animal (LESSA; CAMARGO, 2014 p. 383)

A linguagem eufemística serve como um amaciamento semântico, que substitui certos termos por outras palavras eticamente neutras, suavizando assim a realidade nua e crua (NACONECY, 2015). A carne de frango são os retalhos e vísceras do cadáver de um frango, o filé-mignon são os músculos amputados das costas de um boi morto, os frutos do mar são peixes que foram arrancados da água, se debatendo em convulsões, para morrer lentamente por asfixia sobre o convés de um barco de pesca. “Bois, porcos e galinhas não são enviados aos matadouros para morrer, mas, sim, para frigoríficos. Aliás, lá eles não são mortos, mas processados” (NACONECY, 2015 p. 25). O objetivo dessa terminologia que maquia a realidade é driblar todo o mal-estar moral e conflito de consciência que possa brotar na mente dos consumidores. “Mas palavras tranquilizadoras não são capazes de mudar a realidade” (NACONECY, 2015 p. 25).

Mesmo com o esforço para criar essa invisibilidade, as pessoas, em certo nível, conhecem a verdade, sabem que a produção de carne é um negócio meio sujo,

mas que não querem saber o quão sujo é. Sabemos que a carne vem de um animal, mas não queremos ligar os pontos. Quando comemos animais, não gostamos de pensar que essa é uma escolha. Ideologias violentas estão estruturadas de maneira que seja inevitável que tenhamos consciência de uma verdade desagradável, em certo nível, é um fenômeno de saber sem saber (JOY, 2014).

O contato mais frequente, e as vezes o único, que temos com bovinos, ocorre com comer sua carne ou usar o seu couro. Mas devido a uma distinção semântica - pois eles tem características em comum -, chamamos outros animais de “jantar”, e em virtude disso, sentimo-nos no direito de tratar esses animais de maneira cruel, desde que isso reduza o “preço por quilo” (ROBBINS, 2014 p.11)

Faz parte dos valores culturais ocidentais o consumo de carne como forma de virilidade masculina em aspectos materiais, ideológicos e simbólicos. É um fenômeno cultural, e não natural, e que está vinculada ao conceito de *carnofalocentrismo* (pessoa carnívora, sexo masculino e ego autoritário como condição do reconhecimento humano) do filósofo francês Jacques Derrida (ADAMS, 2012). Para Derrida (2009) o uso e abuso de animais é, portanto, profundamente enraizada na construção do ser humano, em particular da subjetividade masculina. A hierarquia é assumida, onde o homem é colocado como superior à mulher, adultos as crianças e os seres humanos aos animais (DERRIDA, 2009). Adams (2012), em seu livro Política Sexual da Carne, afirma que os discursos sobre a carne trazem uma cultura de natureza patriarcal, que além de uma associação com o papel masculino, inclui também a ideia de que os fins justificam os meios e que a objetificação de outros seres é uma necessidade da vida e de que a violência pode e deve ser mascarada (ADAMS, 2012).

Se pensarmos como Patterson (2002), Adams (2012) e muitos outros teóricos, e interligarmos as relações de opressão entre gêneros, etnias, espécies, podemos identificar em organizações da exploração animal outras práticas que podem ser do *Dark Side*, mesmo sem estarem relacionadas diretamente com os animais não-humanos.

Desta forma, as ideologias violentas são essencialmente antidemocráticas, pois dependem de fraude, sigilo, poder concentrado e da coerção. Existe uma concentração da indústria. A indústria agropecuária se tornou tão poderosa a ponto de ficar acima da lei, mas do direito, moldando a legislação, ao invés de respeitá-la, podemos dizer que nossa democracia se tornou uma carnocracia. (JOY, 2014 p. 90). É sobre esta ideologia dominante, o *carnismo*, que agora passaremos a nos dedicar.

### **3.4 A ideologia do carnismo como ideologia dominante**

A invisibilização animal pelas organizações, dissociando-os do seu processo de produção em escala industrial, requer um poderoso instrumento ideológico que consiga lidar com o paradoxo de que historicamente animais humanos estabelecem facilmente relações de empatia com animais não humanos, em contraponto, com a necessidade mercadológica, da cadeia produtiva baseada na exploração animal, de aumentar o consumo dos segundos pelos primeiros. A base desta ideologia encontra-se sobre o conceito de Carnismo.

Carnismo, como já alentado, é o termo usado por (JOY, 2014) para descrever o sistema invisível de crenças, ou a ideologia que nos condiciona a achar natural se alimentar de determinados tipo de animais, mesmo tendo condições biológicas e tecnológicas de mantermos uma dieta livre de derivados de animais. O carnismo apresenta-se desta forma como uma ideologia dominante, que por estar fortemente

enraizada e normatizada socialmente, constrói todo um horizonte de comportamentos, leis, normas, hábitos, ou seja, sedimenta a produção de toda uma basilar ordenação social que tornou a necessidade histórica de alimentação de animais pelos humanos num conteúdo atemporal/indiscutível.

Por conseguinte, o carnismo como ideologia dominante se sustenta a partir da ideia antropocêntrica de superioridade ôntica/ontológica dos humanos na relação com os animais não humanos. Esta ideia, o especismo, serve para descrever a discriminação generalizada praticada pela espécie *homo sapiens* com os outros seres que nos rodeiam. O especismo produz formas de relação e interação sociocultural fundadas no preconceito, em argumentos falaciosos ou saltos lógicos, baseados exclusivamente em aparências - se o outro que em meu horizonte apreço tem um aspecto diferente do meu, este não mereceria ser tratado como indivíduo moral. (RYDER, Richard D. 1989). Neste ponto, não importam as características inerentes das outras espécies, mesmo que muitas vezes comprovadas cientificamente, sua capacidade de sentir dor e sofrimento, sua inteligência, sua linguagem complexa, capacidade de criar laços familiares complexos, etc, são apenas pequenos fatos, ante a nossa diferença qualitativa, que põe a espécie humana no ápice de um relação, e que pretensamente legitimaria toda ordem de dominação e exploração com seres inferiores.

Pelo advento desta ideia, o carnismo capilariza-se pela construção e reprodução de uma realidade de entorpecimento psíquico (JOY, 2014), uma espécie de insensibilização que nos leva a construção de esquemas psíquicos (idem), que promovem uma desconexão mental e emocional de nossa complexa experiência fenomênica com os animais, transpondo nosso estado mental da empatia à apatia; apresentando uma diferenciação estrutural entre as espécies, em que os pretensamente mais superiores podem subjugar e utilizar ao seu prazer os inferiores, pretensamente retirando da subjetividade parte responsabilidade pela morte do animal. Essas “acrobacias psicológicas”, nas palavras de Melanie Joy (2014, p. 22), são adotadas por que a maioria das pessoas se importa com os animais e não quer que eles sofram, apesar de comerem carne e usarem outros produtos derivados de animais. Uma vez que,

Há incoerência entre nossos valores e nossos comportamentos e essa incoerência nos causa em certo grau de desconforto moral. (...) Como nem somos a favor do sofrimento animal inútil nem deixamos de comer animais, nosso esquema distorcerá nossas percepções dos animais e da carne que comemos, a fim de que possamos nos sentir suficientemente à vontade para consumi-los. E o sistema que constrói nosso esquema da carne nos equipa com os meios para que isso aconteça. (JOY, 2014, p.22)

Desta forma, o carnismo, assentado na presunção de que a espécie *homo sapiens* teria naturalmente direito ao consumo e exploração de outras espécies de animais por seu estatuto mais alto, sonega a possibilidade de consideração de interesses e direitos das outras espécies de animais, apresentando-se como ideia perpassada pela signo da violência, seja com a subjetividade, uma vez que legitima um processo de insensibilização dos animais humanos referente aos outros animais através de conceitos questionáveis, seja com os animais não humanos, legitimando sua exploração indiscriminada. Logo, essa alteração violenta na nossa percepção, que sedimenta a exploração industrial dos animais como fato posto, um mal necessário, algo tão corriqueira que quase não faz sentido por em cheque, necessita de um poderoso sistema produção de satisfação psíquica (DEJOURS, 1980), manifestado na

construção simbólica de uma sociedade sob o signo do consumo legitimado de carne de alguns animais, não só como necessidade biológica intransponível – o que hoje é cientificamente questionável na quase totalidade dos casos -, mas como fonte de prazer libidinal rápida, fácil e altamente explorada pela publicidade das grandes corporações.

Assim, a configuração e exposição do carnismo, enquanto ideologia dominante é passo fundamental já que traz a tona àquilo que permaneceu e permanece escondido, mas que em sua forma ulterior se apresenta como axioma na ordenação social da sociedade ocidental. Ou seja, o carnismo não é simplesmente uma “falsa consciência” em nossa sociedade, uma representação ilusória da realidade, mas, por ser fundamento ulterior de estruturação social de nossa sociedade, é uma realidade social cuja própria existência implica na necessidade de não conhecimento de sua essência por parte de seus participantes, ou seja, a normatividade social é tão “natural”, cuja própria reprodução implica que os indivíduos agem desconhecendo os reais motivos ou axiomas de onde sua ação se baseou; o historicamente produzido aparece como naturalizado (EAGLETON, 1967).

O carnismo, posto como ideologia dominante, apresenta-se, pois, como estrutura primordial da sociedade ocidental na construção do estofamento simbólico dos indivíduos que participam desta sociedade, não sendo uma “falsa consciência” de um ser (social), mas esse próprio ser, na medida que ele sustentado pela “falsa consciência” (ZIZEK, 1999, p.305-306). Desta perspectiva, na análise da construção e manutenção fenomênica de uma ideologia dominante, esta não só combate as ideias concorrentes, como as transporta para um limbo “utópico” além das próprias fronteiras do tangível ou categorizável. A ideologia dominante busca cessar a força do negativo na história, apresentando sua origem e constituição sob as categorias da imutabilidade, normalidade e naturalidade. A naturalização tem uma ligação óbvia com a universalização, já que aquilo que se percebe como universal é, freqüentemente, tido como natural; mas as duas não são de fato sinônimas (EAGLETON, T. 1967).

Por conseguinte, por este sucesso histórico do carnismo, as lutas sociais (vegetarianismos, veganismo, movimentos de defesa animal, etc) e textos teóricos que venham a por em cheque os modelos de produção e consumo a base de exploração e invisibilização de animais não humanos e as ideologias que sustentam esta realidade, aparecem hoje como opostas à tradição e à própria cultura, caminho naturalizado como única possibilidade -, formas de luta “sem” causa material, como uma espécie de debater-se infantil, uma birra, ante a uma ordem dada pelos pais. Ou, então, ligadas eminentemente a bandeiras políticas muito específicas, que não conseguem aglutinar de forma coesa outras insatisfações e causas; mantendo difuso o jogo de forças empregado para o pensar destas relações e para a criação de uma possibilidade efetiva de modificação das condições estruturais das formas de existência baseadas nesta ideologia dominante. Uma vez que as ideologias dominantes, (...) são aquelas que tornam suas crenças naturais e autoevidentes - fazendo-as identificar-se de tal modo com o “senso comum” de uma sociedade que ninguém sequer imaginaria como poderiam chegar a ser diferentes (EAGLETON, T. 1967, p.62-63).

Assim, a proposta de Melanie Joy é apresentar o conceito de carnismo como o capaz de expor e dar visibilidade ao sistema de crenças que subjaz à exploração seletiva de animais, expondo as contradições e mecanismos de perpetuação temporal desta ideologia. Ou seja, configuração da exposição da ideia de carnismo como força essencial para superação da contradição presente no contexto cotidiano que leva bilhões de pessoas a ter empatia e compaixão por alguns animais, como os pets, e,

ao mesmo tempo, ver como natural o hábito de explorar indiscriminadamente outros animais, como porcos, vacas, galinhas ou peixes. (JOY, 2014).

Por fim, o carnismo, tido como ideologia dominante, representa um papel proeminente na configuração e manutenção deste sistema de exploração indiscriminada de algumas espécies de animais, principalmente pelas grandes corporações, ao ponto de possibilitar esta violência diária com milhões de seres. A caracterização como não ideológica ou “natural” desta ideologia, ajuda a manter uma realidade por si só excludente, hierarquizada, paradoxal, sedimentada na impossibilidade da consideração de interesses de outras espécies e num processo predatório de contínua acumulação de capitais; em que a violência dos processos – em seus muros, grades, jaulas, abatedouros, corpos ausentes, instrumentalização humana e animal etc.- aparece fora do campo de visão do consumidor. O carnismo é, então, categorizado como fundante necessário para manutenção da sintomática invisibilidade e contínua exploração dos animais não humanos no *Dark Side* das organizações.

#### 4. Conclusão

No decorrer de nossas análises consideramos as práticas de uso de animais, principalmente pelas organizações como extremamente ideológicas, de maneira pejorativa ou criticável, pois para permanecer aceitável, tem que recorrer a ocultar ou obscurecer suas motivações, distorcer ou dissimular um discurso para naturalizar uma realidade social e legitimar e sustentar essas relações, que naturalmente são transpassadas pelo signo da violência prática e teórica.

O entendimento do *Dark Side* das organizações envolve questões éticas, políticas e ideológicas. Essas questões ideológicas podem ajudar com que o *dark side* seja naturalmente oculto ou deliberadamente escondido. Com relação aos animais, o *dark side* pode ser naturalmente oculto, pois como ideologia dominante, as pessoas não veem nenhum problema amar cachorros, comer porcos e vestir vacas (JOY, 2014). A maioria das pessoas se chocam com maus-tratos a um cachorro, mas naturalizaram ou esquecem das mortes necessárias para se alimentar todo dia, para Francine (2013) esse comportamento é uma esquizofrenia moral. Comer pedaços irreconhecíveis de um animal ajuda a perder a conexão mental entre a carne e o animal vivo. O referencial ausente mantém separado a carne do animal morto. Os animais são transformados em ausentes através da linguagem, que renomeia cadáveres antes que consumidores e consumidoras comam-no. O referencial ausente permite esquecer do animal como uma entidade independente e separar o que é carne do que é um animal (ADAMS, 2012).

O *Dark Side* pode ser também deliberadamente escondido, quando as organizações ocultam ou distorcem a realidade da exploração e morte dos animais. As organizações ocultam (parte) do tratamento dado aos animais. O ocultamento ou silenciamento é sinal de que é uma prática repreensível, pois senão não existiria a necessidade de ocultar. Atividades do lado oculto são mascaradas comunicativamente para que o ilegítimo pareça legítimo. Existe então, uma disputa para se apossar do significado da palavra, pois é através de seu significado que melhor se revela o seu caráter ideológico. Algumas organizações que praticam ações de violência e morte contra os animais deliberadamente escondem as partes do processo onde isso ocorre (separação do bezerro da vaca, abate dos animais de consumo, etc). E ainda, se utilizam de um discurso distorcido, com termos que seu significado não condizem com a prática (abate humanitário, bem-estar animal, animais felizes).

Além dessa invisibilidade simbólica, que possibilita o ato de evitar, negar, existe uma invisibilidade prática do carnismo (JOY, 2014), a invisibilidade dos animais produzidos e mortos. Os animais são colocados à distância dos consumidores, e diferente do passado, estão em sua maioria nas "fazendas fábricas" ou centrais de confinamento. Essas centrais são projetadas com uma intenção determinada ser eficaz em termos de custo. Sem restrições legais que impeçam de torturar animais, o confinamento de animais ocorre como num campo de concentração. As medidas redutoras de custo tornam a produção de carne uma das práticas mais cruéis da história da humana.

A ideologia carnista, conceituado como o sistema invisível de crenças, ou a ideologia que nos condiciona a achar natural se alimentar de determinados tipo de animais, apresentou-se como uma ideologia dominante. Tal ideologia, que por estar fortemente enraizada e normatizada socialmente, constrói todo um horizonte de comportamentos, leis, normas, hábitos, que sedimenta a produção de toda uma basilar ordenação social, faz parecer natural nutrir amor e empatia por cachorros e gatos e explorar e mutilar por motivos vis outros animais. O carnismo em sua natureza profundamente antropocêntrica, a base do preconceito e tirania da espécie humana com outras espécies consideradas inferiores – o especismo – configura-se como excelente estofo para a invisibilização dos animais no seio das organizações. Isto porque, transforma a ideia de exploração e consumo de animais, não mais como um constructo histórico, mas como a forma “natural” de existência humana.

Desta forma, buscamos apresentar uma forte relação entre a ideologia do carnismo e processo de legitimação e retroalimentação da invisibilidade e falta de consideração ética com animais no interior dos processos produtivos das empresas como um aspecto do *Dark Side* das organizações.

## Referências

- ADAMS, C. J. A política sexual da carne: a relação entre o carnivorismo e a dominação masculina. São Paulo: Alaúde editorial, 2012.
- ARAMYAN, L., INGENBLEEK, P., BACKUS, G., ROEST, K. TRANTER, R. Evaluating the likelihood of the adoption of an animal welfare assessment system in European agri-food supply chains. *International Journal of Quality & Reliability Management*, v. 30, n. 1, p. 59-79, 2013.
- BARRETO, T. F., BACELAR, D. F., MATOS, F. J. S., BASTOS, B. E. N. O que eles fazem e o que eles dizem: o Mito das 'Vacas Felizes' da Nestlé e o Dito Desconexo In: III CBEO, 2015, Vitória. III Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais CBEO, 2015.
- BELLA, D. A., KING, J. B., KAILIN, D. The dark side of organizations and a method to reveal it. *Emergence*, 5, 66–82, 2003.
- BEST, S. 2007. Charles Patterson, The Eternal Treblinka: Our Treatment of Animals and the Holocaust. *Journal for Critical Animal Studies*, v. 5, i. 2, 2007.
- BORGEN, S. O., SKARSTAD, G. A. Norwegian pig farmers' motivations for improving animal welfare. *British Food Journal*, v. 109, n. 11, p. 891-905, 2007.
- BOWIE, N. E., DUNFEE, T. W. Confronting Morality in Markets. *Journal of Business Ethics* v. 38, p. 381–393, 2002.
- CARNEOSSO, Direção: Caio Cavechini e Carlos Juliano Barros. **Realização:** Repórter Brasil, São Paulo/SP: Maurício Hashizume, 65 min., 2011, . Disponível em: < <http://globosatplay.globo.com/globonews/v/2557412/>> Acesso em 29 dez. 2015.



- CARVALHO, M.C.M. O estatuto moral dos animais em questão: a posição de Peter Carruthers. **ethic@** - Florianópolis, v. 6, n. 4 p. 57-68, Ago, 2007.
- CHANLAT, J.F. A caminho de uma nova ética das relações nas organizações. *RAE*. São Paulo, v. 32, n. 3, p. 68-73, jul./ago., 1992
- CLEGG, S. Bureaucracy, the Holocaust and techniques of power at work. *Management Revue*, v.20, n. 4, p. 326–347, 2009.
- CLULOW, V. Futures dilemmas for marketers: can stakeholder analysis add value?. *European Journal of Marketing*, v. 39, n. 9/10, p. 978-997, 2005.
- COELHO, P. R. P., MCCLURE, J. E., SPRY, J. A. The Social Responsibility of Corporate Management: A Classical Critique. *American Journal of Business*, v. 18, n. 1, p. 15-24, 2003.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Trabalho escravo 2008. Disponível em: <<http://cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/14-trabalho-escravo/84-trabalho-escravo-2008?Itemid=23>>. Acesso em 29 dez. 2015.
- DAVIS, K. *Prisoned chickens, poisoned eggs : an inside look at the modern poultry industry*. Book Publishing Company: Summertown, Tennessee, 1996.
- DEETZ, S. Describing differences in approaches to organizational science: Rethinking Burrell and Morgan and their legacy. *Organization Science*, 7, 191–207, 1996.
- DEJOURS, C. *A loucura do trabalho*. São Paulo: Pioneira, 1980.
- DERRIDA, J. **The Beast and the Sovereign**, vol. 1. Chicago and London: The University of Chicago Press. 2009.
- EAGLETON, T. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: UNESP/BOITEMPO, 1997.
- FELIPE, S. T. Antropocentrismo, sencientismo e biocentrismo: perspectivas éticas abolicionistas, bem-estaristas e conservadoras e o estatuto de animais não-humanos. **Revista Páginas de Filosofia**. v. 1, n. 1, p. x-xx, jan-jul, 2009.
- FRANCIONE, G. **Introdução aos direitos animais**. Campinas: Editora UNICAMP, 2013.
- FRANZ, A., DEIMEL, I., SPILLER, A. Concerns about animal welfare: a cluster analysis of German pig farmers. *British Food Journal*, v. 114, n. 10, p. 1445-1462, 2012.
- FREWER, L. J., COLES, D., HOUBEINE, L. M., KLETER, G. A. Attitudes towards genetically modified animals in food production. *British Food Journal*, v. 116, n. 8, p. 1291- 1313, 2014.
- GRAAF, G. Tractable Morality. *Journal of Business Ethics*, v. 60, p. 1–15, 2005.
- HOLMBERG, T., IDELAND, M. Secrets and lies: “selective openness” in the apparatus of animal experimentation. *Public Understanding Science*. v. 21, n. 3, p. 354–368, 2010.
- HUBBARD, C., BOURLAKIS, M. GARROD, G. Animal welfare: the attitudes and behaviour of European pig farmers. *British Food Journal*, v. 109, n.11, p. 931-944, 2007
- ITO, M. Seeing animals, speaking of naturevisual culture and the question of the animal. *Theory, Culture & Society*, v. 25, n. 4, p. 119-137, 2008.
- JOY, M. *Por que amamos cachorros, comemos porcos e vestimos vacas. Uma introdução ao carnismo*. São Paulo: Cultrix, 2014.
- LABATUT, J., MUNRO, I., DESMOND, J., TEN BOS, R. “Animals and Organizations,” Call for Papers for a special issue, published in **Organization**, v. 21, n. 3, 2014.

- LABATUT, J. MUNRO, I., DESMOND, J. Animals and Organizations. **Organization**, v, 23, n. 3, p. 315-329, 2016.
- LENNERFORS, T. T., SKÖLD, D. 'The Animal', in **34th Standing Conference on Organizational Symbolism**, Uppsala University, Uppsala, 11–14 July. 2015.
- LESSA, P., CAMARGO, M. Uma teoria feminista-vegana: a política sexual da carne. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 361-391, janeiro-abril, 2014.
- LINDENMEIER, J., TSCHEULIN, D. K., DREVS, F. The effects of unethical conduct of pharmaceutical companies on consumer behavior. *International Journal of Pharmaceutical and Healthcare Marketing*, v. 6, n. 2, p. 108-123, 2012.
- LINSTEAD, S. A.; MARÉCHAL, G.; GRIFFIN, R. W. Special Issue on "The Dark Side of Organization". **Organization Studies**, Call for Papers, v.31, p. 997-999, 2010.
- LINSTEAD, S. A.; MARÉCHAL, G.; GRIFFIN, R. W. Theorizing and Researching the Dark Side of Organization. **Organization Studies**, v. 35, n.?, p. x-xx, 2014.
- LIRA, L. C. de. "Eles matam porque você come!": simbolismo e moral alimentar entre vegetarianos e vegans". *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 12, n. 36, p. 769-788, Dez de 2013.
- LOW, P. **The Cambridge Declaration on Consciousness**. 2012. Disponível em: <<http://femconference.org/img/CambridgeDeclarationOnConsciousness.pdf>>. Acesso em 13 mai 2016.
- MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: **Martins** Fontes, 2a edição, 1998.
- MCWILLIAMS, A., SIEGEL, D. S. Creating and Capturing Value: Strategic Corporate Social Responsibility, Resource-Based Theory, and Sustainable Competitive Advantage. *Journal of Management*. v. 37, n. 5, p. 1480-1495, sep., 2011.
- MISOCZKY, M. C.; AMANTINO-DE-ANDRADE, J. Uma crítica a crítica domesticada nos estudos organizacionais. **RAC**. v. 9, n. 1, Jan./Mar. 2005.
- MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.
- NACONECY, C. M. **Ética & animais**: uma guia de argumentação filosófica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
- \_\_\_\_\_, C. **Ética & Vegetarianismo**. São Paulo: Sociedade Vegetariana Brasileira: 2015. Disponível em: <[http://www.svb.org.br/livros/etica\\_e\\_vegetarianismo.pdf](http://www.svb.org.br/livros/etica_e_vegetarianismo.pdf)>. Acesso em 28 mai 2016.
- OIT. Organização Internacional do Trabalho. Uma aliança global contra o trabalho forçado, Relatório global dos seguimentos da declaração da OIT sobre princípios e direitos fundamentais do trabalho. 2005. Disponível em: <[http://reporterbrasil.org.br/documentos/relatorio\\_global2005.pdf](http://reporterbrasil.org.br/documentos/relatorio_global2005.pdf)>. Acesso em 29 dez. 2005.
- PASOLINI, L. 2013. Instituto Royal: sociedade em transição. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/opinião/lobo-pasolini/instituto-royal-sociedade-em-transição-1.743117>. Acesso em 10 jul 2014.
- \_\_\_\_\_, L. Ativistas pelos animais respondem a comentário especista de rabino canadense. *ANDA: Agência de Notícias de Direitos Animais*. Holocausto Animal. 02 de fevereiro de 2012. Disponível em: <<http://www.anda.jor.br/02/02/2012/ativistas-pelos-animais-respondem-a-comentario-especista-de-rabino-canadense>>. Acesso em: 25 dez. 2015.
- PATTERSON, C. *Eternal Treblinka. Our Treatment of Animals and the Holocaust*. New York: Lantern Books, 2002.

- REGAN, T. **Jaulas vazias**: encarando o desafio dos direitos animais. Porto Alegre: Lugano, 2006.
- RYDER, Richard D., *Animal Revolution; Changing Attitudes towards Speciesism*. Oxford: Basil Blackwell, 1989.
- ROBBINS, J. Prefácio. In: JOY, M. Por que amamos cachorros, comemos porcos e vestimos vacas. Uma introdução ao carnismo. São Paulo: Cultrix, 2014.
- SCOS. SCOS 2016 - The Animal. Call for papers. Disponível em: < <https://scos2016.wordpress.com/>>. Acesso em 29 dez. 2015.
- SHANI, A., PIZAM, A. The role of animal-based attractions in ecological sustainability. *Worldwide Hospitality and Tourism Themes*, v. 2, n. 3, p. 281-298, 2010.
- SINGER, P. **Libertação animal**. Porto: Via óptima, 2008.
- SPITZECK, H., HANSEN, E. G. Stakeholder governance: how stakeholders influence corporate decision making. *Corporate Governance: The international journal of business in society*, v. 10, n. 4, p. 378-391, 2010.
- SROUR, R. H. Ética empresarial sem moralismo. **Revista de Administração**, São Paulo: v. 29, n. 3, p. 3-22, jul/set., 1994.
- THOMPSON, J. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- TIEMAN, M., HASSAN, F. H. Convergence of food systems: Kosher, Christian and Halal. *British Food Journal*, v. 117, n. 9, p. 2313-2327, 2015
- TRYGGESTAD, K., JUSTESEN, L., MOURITSEN, J. Project temporalities: how frogs can become stakeholders. *International Journal of Managing Projects in Business*. v. 6, n. 1, p. 69-87, 2013.
- VÁZQUEZ, A. S. **Ética**. 32 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- WELS, H. “Animals like us”: revisiting organizational ethnography and research. *Journal of Organizational Ethnography*, v. 4, n. 3, p. 242-259, 2015.
- WOLF, C. Before the law: animals in a biopolitical context. *Law, Culture and the Humanities* v. 6, n. 1, p. 8-23, 2010.
- ZIZEK, S. O espectro da *ideologia*. In: **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- ZSOLNAI, L. Extended stakeholder theory, *Society and Business Review*, v. 1, n. 1, p. 37-44, 2006.